



**DEPUTADOS DO ESPÍRITO SANTO: PERFIL SOCIOECONÔMICO E
TRAJETÓRIA POLÍTICA, 1987-2011**

**DEPUTIES OF THE ESPÍRITO SANTO: SOCIO-ECONOMIC PROFILE AND
POLITICAL TRAJECTORY, 1987-2011**

**DIPUTADOS DEL ESPÍRITO SANTO: PERFIL SOCIOECONÓMICO Y
TRAYECTORIA POLÍTICA, 1987-2011**

Luana Puppim Pratti¹
Paulo Magalhães Araújo²

Resumo: Este artigo tem como propósito principal revelar o perfil socioeconômico e político dos parlamentares estaduais capixabas. Para isso, inicialmente será feita uma discussão sobre elites no plano federal e nos estados, de modo a estabelecer parâmetros de análise do caso capixaba. Afinal, em que os deputados do Espírito Santo se assemelham a seus pares de outras casas legislativas e o que isso pode informar sobre a profissionalização e a institucionalização do campo parlamentar no estado? A análise se refere ao período entre 1987 a 2010, que abrange da 11ª à 17ª Legislatura. O estudo permitiu identificar o perfil social dos parlamentares, no qual se destacam elevada predominância masculina, alta escolaridade, presença acentuada de empresários e profissionais liberais, em especial advogados. Em relação ao perfil político, nota-se um crescente acúmulo de experiência do parlamentar médio, supostamente incompatível com os baixos níveis de organização interna e institucionalização da Casa.

Palavras-chave: Elites; Parlamentares Estaduais; Perfil Socioeconômico; Carreiras Políticas; Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES).

Abstract: This article has the main purpose of revealing the socioeconomic and political profile of state legislators from the state of. For this, initially a discussion will be made on elites at the federal level and in the states, in order to establish parameters of analysis of the case of Espírito Santo. After all, in which the deputies of Espírito Santo resemble their peers in other Legislative Houses and what can this inform about the professionalization and institutionalization of the parliamentary field in the state? The analysis refers to the period between 1987 and 2010, which covers the 11th to the 17th legislatures. The study allowed to identify the social profile of the parliamentarians, in which they stand out a high masculine predominance, high schooling, a marked presence of entrepreneurs and liberal professionals, especially lawyers. In relation to the political profile, there is a growing accumulation of experience of the average

¹ Mestre em Ciências Sociais. Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). E-mail: luacso@gmail.com

² Doutor em Ciência Política (UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: pmagal@uol.br

parliamentarian, supposedly incompatible with the low levels of internal organization and institutionalization of the House.

Keywords: Elites; States Parliamentary; Socio-Economic Profile; Political Career; Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES).

Resumen:

Este artículo tiene como propósito principal revelar el perfil socioeconómico y político de los parlamentarios estatales capixabas. Para ello, inicialmente se hará una discusión sobre elites en el plano federal y en los estados, para establecer parámetros de análisis del caso capixaba. Al final, en que los diputados del Espírito Santo se asemejan a sus pares en otras Casas legislativas y lo que esto puede informar sobre la profesionalización y la institucionalización del campo parlamentario en el estado? El análisis se refiere al período entre 1987 a 2010, que abarca desde las 11 a la 17ª legislaturas. El estudio permitió identificar el perfil social de los parlamentarios, en el que destacan elevada predominancia masculina, alta escolaridad, presencia acentuada de empresarios y profesionales liberales, en especial abogados. En relación al perfil político se nota una creciente acumulación de experiencia del parlamentario medio, supuestamente incompatible con los bajos niveles de organización interna e institucionalización de la Casa.

Palabras-clave: Élités; Parlamentarios Subnacionales; Perfil Socioeconómico; Carreras Políticas; Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES).

1 Introdução

A discussão sobre elites políticas é relativamente antiga e conectada com o debate sobre profissionalização. Desde fins do século XIX, o termo *elites políticas* se consagrou como referência a um segmento da sociedade que adota a política como profissão e acessa os postos de poder para desempenhar funções representativas e de governo (MILLS, 1975; ALCÁNTARA, 2016). A chamada teoria das elites, inicialmente considerada uma crítica à democracia entendida como governo do povo, hoje vai além de presumir a impossibilidade da soberania popular direta. Na medida em que governos representativos necessitam de elites governantes – de profissionais da política –, os estudos nesse campo se voltaram para a composição social e política dos representantes e suas implicações sobre a qualidade da representação e sobre o desenvolvimento das instituições.

No Brasil, no bojo dessa discussão, houve nas últimas duas décadas um grande aumento da literatura sobre elites políticas e temas conexos – perfil parlamentar, padrões de carreira, profissionalização, institucionalização legislativa, etc (CODATO, 2008; CODATO E PERISSINOTTO, 2009; PERISSINOTTO, 2009). Um foco inicial foi posto nas elites parlamentares federais. Neste trabalho apresentamos algumas questões do debate, visando

mostrar divergências entre os especialistas em relação ao campo parlamentar brasileiro enquanto sujeito à profissionalização e à consolidação institucional do legislativo federal.

Tendo esse debate como parâmetro, serão abordadas em seguida discussões e dados sobre as elites parlamentares estaduais, em especial sobre a composição das legislaturas da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) de 1986 a 2011. Os dados sociopolíticos foram coletados nos repertórios biográficos da ALES, nos jornais, nos *sites* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), entre outras fontes reputadas como confiáveis.

O trabalho está dividido em quatro tópicos, além desta introdução e dos comentários finais. No tópico inicial, é discutida a literatura pertinente aos deputados federais, suas origens sociais e trajetórias políticas, com o intuito de mostrar visões diferentes, às vezes contraditórias, sobre a relação entre o perfil das elites e a institucionalização do campo político nacional. Em seguida, para situar a Assembleia capixaba, é feita uma análise similar sobre as elites parlamentares de alguns estados brasileiros. Além de confirmar o traço elitista das legislaturas nas dimensões social e política, a bibliografia revela diferenças e similaridades dos estados entre si e com o nível federal. O terceiro tópico avalia o perfil dos deputados capixabas, expondo a composição social das legislaturas e as distâncias entre os representantes e os cidadãos comuns. O quarto aborda os dados políticos, desvelando a trajetória dos mandatários do período em foco. Sobre este ponto, o estudo conclui que, no geral, trata-se de agentes com acúmulo crescente de experiências políticas nos diversos cargos disponíveis à competição: nos municípios, nos estados e na federação. O que parece contraintuitivo é que, embora a ALES seja cada vez mais visada por parlamentares dedicados à profissão política, ela aparentemente não viveu, no intervalo estudado, um desenvolvimento organizacional e institucional compatível.

2 Sobre as elites e a profissionalização política no Brasil: um panorama

O presente artigo tem por foco principal a profissionalização parlamentar, de modo que não se pretende desenvolver aqui uma discussão aprofundada sobre elites políticas. No entanto, é inevitável fazer referência ao tema, tendo em vista que a discussão sobre profissionalização política tangencia o debate acerca do elitismo e da elitização. Autores como Weber, Michels e Schumpeter chamam a atenção para o fato de que os partidos e os parlamentos são organizações marcadas por indivíduos que tendem a se profissionalizar na atividade política, compondo, assim, uma elite³. O fato é que profissionalização política e formação de elites são fenômenos

³ Vale observar que o funil da elitização opera também *no interior* do parlamento e dos partidos políticos, constituindo o que se pode chamar de uma *elite da elite* – formada, por exemplo, pelos dirigentes partidários e líderes parlamentares, pelos presidentes de comissões legislativas e pelos membros das mesas diretoras das casas legislativas. Estes atores controlam a dinâmica interna dos partidos e dos parlamentos, e alcançar seus postos é parte da ambição daqueles que escolhem a política representativa como campo de atuação profissional. Mas alcançando ou não tais postos, os representantes compõem uma classe política e se constituem numa elite, pelo fato de ocuparem cargos aos quais apenas uma minoria na sociedade tem acesso. Para um importante trabalho cujo autor entende elites

correlatos, de modo que tratar de um tema implica, em alguma medida, lidar com o outro (vide ALCÁNTARA, 2016).

No Brasil, os estudos neste âmbito têm buscado analisar a composição socioeconômica das elites parlamentares, sua trajetória política, seu desempenho no âmbito do parlamento, sua relação com partidos e outras organizações políticas, entre outras coisas. Como se pode prever, os dados atestam os argumentos dos teóricos das elites, revelando que o perfil geral dos representantes nacionais é distante do perfil do cidadão mediano, o que caracteriza a elitização do parlamento federal. Isso acontece a despeito da ampliação do acesso ao poder decorrente da reabertura democrática pós-1980 (RODRIGUES, 2002).

Os indicadores empíricos desse distanciamento são conhecidos na literatura. A despeito das diferenças entre blocos ideológicos, as profissões mais representadas no conjunto dos membros da Câmara dos Deputados (CD) ainda são empresários e industriais, dotados de alto patrimônio, e profissionais liberais, como médicos, engenheiros e advogados (RODRIGUES, 2002; 2009). São segmentos ligados a uma elite tradicionalmente “politizada”, cujos membros contam com habilidades retóricas e (ou) com tempo e autonomia para se engajar na política, podendo retornar à profissão de origem, se necessário, sem muitos custos (WEBER, 2006).

A julgar pela associação entre escolaridade, profissão e renda, os níveis de riqueza também marcam um afastamento entre deputados e cidadãos. O nível de escolaridade das legislaturas na CD é muito alto, ficando em torno dos 80% a cota de membros com diploma universitário. No tocante à questão de gênero, apesar de um aumento gradativo da participação das mulheres nas últimas legislaturas, os homens ainda ocupam 90% das cadeiras na Casa. Da mesma forma, categorias étnico-raciais – em especial os negros – são severamente sub-representadas (JOHNSON, 2000). Em termos de idade, a média nas últimas legislaturas foi de 48 anos, com tendência de aumento. Sendo 21 anos a idade mínima, a média observada sugere que o tempo para o acúmulo de experiência é um fator elitizante. Noutros termos, o aumento da média de idade reflete a elitização na Câmara, na medida em que está associado a conquistas pessoais e ascensão social.

Além dos sinais sociais do elitismo parlamentar, há os indicadores políticos. Informações sobre o perfil e a trajetória política dos deputados federais mostram que muitos deles são familiarizados com o poder político em um ou vários níveis da federação (ARAÚJO, 2013). Os dados apontam a persistência de um número razoável de políticos no poder, seja atuando seguidamente no mesmo cargo, seja se revezando em postos eletivos e administrativos, nos três níveis de governo. O fato é que – a despeito da discussão em torno dos *outsiders* na elite política nacional – a trajetória e os atributos sociopolíticos dos representantes fazem deles

como um segmento social que forma “uma minoria seleta ou governante”, ver Alcântara, Manoel. *A profissionalização da Política*. Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR, 2016, p. 18 e seguintes.

uma categoria diferenciada, privilegiada na hierarquia social e nas estruturas institucionais do poder político (ARAÚJO, 2013).

As pesquisas sobre o perfil das elites políticas nacionais não se esgotam no mapeamento de sua morfologia sociopolítica. Elas têm sido um ponto de partida para análises sobre as relações entre o perfil das elites e o estágio de consolidação de instituições políticas centrais, como os partidos e o Poder Legislativo. Mas, se é consenso que a classe de representantes no Brasil compõe uma elite, o mesmo não ocorre quando se discute a relação entre as qualidades desta elite e a consolidação (ou não) do campo político nacional. Afinal, a profissionalização e institucionalização da representação estão avançando ou não?

No Brasil, essa discussão parte do suposto de que um campo político institucionalizado se caracteriza por uma linha demarcatória que resulta na autonomia da política frente a outros campos sociais, como a economia e a religião (POLSBY, 1968; WEBER, 2006). Isso significa que instituições como os legislativos e os partidos políticos, uma vez consolidadas, contam com uma independência formal e prática frente às pressões de organizações não-políticas ou de indivíduos empoderados por fatores extrapolíticos, como riqueza pessoal, tradição, prestígio ou fama. Num ambiente político institucionalizado, o recrutamento dos representantes e as disputas pelo poder se pautam por critérios definidos no próprio campo da política, cuja estrutura é complexa e demanda tempo dos interessados para o aprendizado necessário ao exercício do poder.

À medida que evolui, a institucionalização inibe a entrada dos *outsiders* – “paraquedistas” – no campo da política, favorecendo os indivíduos dedicados ao parlamento, aos partidos e outras organizações políticas. Tal dedicação tende a resultar em acúmulo de experiência em estruturas partidárias ou em instâncias representativas no Estado. Com tempo, os parlamentos passam a ser dominados por indivíduos com longa trajetória política, notória experiência, dedicação integral e interesse profissional pelo parlamento. Como resultado dessa profissionalização, certos atributos pessoais e competências acumuladas na trajetória passam a ser decisivos para acessar e manter os cargos, as taxas de renovação legislativa caem, a entrada dos novatos à elite torna-se cada vez mais difícil. De modo geral, é o que Polsby aponta no estudo pioneiro de 1968 sobre a institucionalização da *House of Representatives*, nos EUA.

Mas, na contramão da descoberta de Polsby sobre a *House*, parte da literatura sobre o Brasil aponta para o baixo compromisso dos políticos com suas cadeiras no Congresso. Segundo a crítica, os padrões de carreira observados aqui não são propícios à profissionalização. Um número considerável de políticos “zigue-zaguearam” entre as casas legislativas nos três níveis da federação; outros interrompem suas carreiras parlamentares para ocupar postos na chefia do Executivo em qualquer nível da federação ou em algum escalão da administração pública, como ministérios, secretarias e grandes estatais. Nesta visão, o Poder Legislativo é tido como politicamente fraco, sendo cobiçado, no mais das vezes, apenas como entreposto para se

chegar a instâncias tidas como mais influentes, que planejam obras e gastos públicos (AMES, 2001; SAMUELS, 2003). O resultado é um círculo vicioso: o Legislativo não atrai membros dedicados porque é frágil como instância de representação e decisão, e não se fortalece como instância de representação e decisão porque não atrai membros dedicados à instituição.

Essa perspectiva é reforçada por estudos sobre o recrutamento eleitoral e a relação entre políticos e partidos no País. A cada eleição, uma parte significativa dos candidatos é de novatos – calouros não só nas eleições, mas também na vida partidária. São personagens que despontam na política da noite para o dia. Empresários e “famosos”, por exemplo, conseguem inscrever suas candidaturas (com mais frequência em partidos de centro e direita) sem terem acumulado experiência relevante na política institucional ou construído um vínculo sólido com organizações partidárias (MARENCO, 1997; SANTOS, 2010). Os empresários conseguem espaço nas listas por disporem de dinheiro e outros recursos materiais para bancar suas próprias campanhas e a de seus partidos; já os famosos obtêm vantagem por serem amplamente conhecidos e dotados de carisma – carisma este a ser convertido em capital político nas campanhas eleitorais. Argumenta-se que *outsiders* tendem a ser destituídos de compromisso com as organizações pelas quais concorrem, aderem a partidos apenas por conveniência eleitoral e se desvinculam pelo mesmo motivo.

A vulnerabilidade do sistema partidário a essas práticas, somada aos incentivos institucionais do sistema eleitoral (AMES, 2003), torna as campanhas centradas em atributos e recursos pessoais dos concorrentes. Os vitoriosos, cientes de seu cacife pessoal, tendem a levar o personalismo para a arena legislativa. Os partidos parlamentares se mostram ineficientes para disciplinar os deputados, os líderes são desobedecidos, os interesses distritais se sobrepõem às articulações entre as lideranças e o Executivo. O clientelismo e o personalismo dominam o processo legislativo em detrimento dos programas de governo, que, em tese, melhor expressariam os interesses nacionais (AMES, 2003, SAMUELS, 2008). Perdem os partidos, como estruturadores da representação, perde o Legislativo, como arena institucional de negociações coletivas.

Mas há contrapontos a essa leitura (vide Santos, 2010; Di Martino, 2010; CODATO *et al.*, 2015). Se de um lado a literatura evoca a alta incidência de novatos, o individualismo eleitoral e parlamentar, a fraqueza institucional dos partidos e a baixa institucionalização da atividade legislativa, de outro, existem estudos que indicam tanto o aumento da profissionalização da elite representativa quanto a crescente institucionalização do campo político no Brasil (CODATO *et al.*, 2015). Para sustentar essa visão “otimista”, encontram-se as taxas relativamente altas de busca da reeleição para a Câmara e o aumento paulatino da presença de *seniors* na Casa.

Santos (2010) avaliou o período 1950-2010 e mostrou que o percentual de deputados federais que tentaram se reeleger variou entre 70% e 80%. Além de indicarem maior insistência

pela carreira parlamentar federal, os dados mostram que as taxas de reeleição para Câmara também são altas. Entre os que buscam se reeleger, o índice de sucesso segue numa curva histórica ascendente, de 61% a 73%, entre 1986 e 2010 (SANTOS, 2010). Segundo dados do TSE, os candidatos que se definiram como políticos profissionais, especialmente como deputados federais, apresentaram desempenho eleitoral melhor do que os de todas as demais profissões que concorreram às eleições de 2010: a taxa de sucesso das candidaturas foi de 72% (CERVI *et alli*, 2015).

A esses indicadores se somam outros sobre a evolução da idade e do tempo de experiência prévia na Câmara, que também podem ser considerados sinais da consolidação do interesse pela carreira. Entre 1987 e 2015, a média de idade dos deputados subiu de forma regular a cada legislatura, passando de 47 para 52 anos; além disso, no mesmo período, o tempo médio de experiência prévia na Câmara subiu, de forma igualmente regular, de 3,5 para 6,1 anos (ARAÚJO, 2013). A correlação entre essas duas variáveis é de 0,453, com *sig.* 0,000. Posto isso, é razoável concluir que o envelhecimento gradativo das legislaturas está associado à adoção de estratégias bem-sucedidas de permanência no cargo por parte dos deputados federais.

Se alguns sinais sobre os padrões de carreira apontam para a profissionalização parlamentar e para a consolidação do Legislativo como arena cada vez mais restrita aos *experts*, dados sobre a trajetória dos membros da elite parlamentar e sua relação com os partidos revelam que o sistema não é um simples aglomerado de legendas. Rodrigues (2002; 2009) e Marengo e Serna (2007) analisaram o perfil socioeconômico dos deputados federais e concluíram que os partidos organizam as clivagens sociais de forma previsível e coerente com as ideologias que professam: os partidos de esquerda, frente aos demais, agregam percentuais maiores de deputados das classes trabalhadoras e dotados de pouco patrimônio material; partidos de centro e direita, por seu turno, concentram números mais elevados de representantes de setores empresariais que são grandes proprietários.

Dados sobre a trajetória dos parlamentares e sua conexão com os partidos também sugerem um sistema razoavelmente estruturado e previsível. Deputados recrutados na esquerda cultivam trajetórias mais longas de filiação e atuação partidária antes de se lançarem candidatos pela primeira vez. Previamente à atuação política formal, suas trajetórias se pautam, com mais frequência, pelo ativismo junto a sindicatos de trabalhadores, associações civis e movimentos sociais. O capital político tende a ser de origem coletiva e resulta da capacidade dos candidatos e suas legendas para ativar redes e mobilizar forças sociais. O centro e a direita, por sua vez, costumam arregimentar tipos sociais distintos. São mais comuns indivíduos sem história de engajamento social ou partidário anterior à primeira candidatura. A relação com os partidos se dá mais tardiamente na vida e de forma mais descontínua, diferente do que ocorre na esquerda. Para fomentar a competitividade política, são mobilizados tipicamente recursos e capitais sociais individuais. O uso de capital associativo não é comum entre os políticos desses blocos

(MARENCO E SERNA, 2007). É possível alegar que esses traços podem ser vistos como expressão da vulnerabilidade do sistema partidário brasileiro, ao menos à direita do espectro ideológico. No entanto, Marengo e Serna (2007) chegam às mesmas conclusões em relação ao Chile e ao Uruguai, cujos sistemas partidários são melhor avaliados pelos especialistas. Parece razoável supor, portanto, que esses traços podem não se referir a fraqueza institucional, mas a estratégias ideologicamente orientadas de cada legenda para arrematar candidatos e disputar eleições.

Há ainda uma linha de argumentação sobre a profissionalização política no Brasil que questiona a adoção do referencial dos EUA para o caso brasileiro. Nos EUA, o modelo “ideal” de profissionalização implica o esforço do representante pela permanência no cargo e o domínio crescente sobre os meios de detê-lo contra a pressão dos desafiantes. Mas a questão é que essa pode não ser a melhor estratégia em outros países, com arranjos institucionais distintos. Supondo que os atores são racionais e ajustam suas estratégias ao contexto, não se pode esperar por similaridades sistemáticas entre ambientes político-institucionais que produzem incentivos a diferentes padrões de carreira.

Segundo Borchert (2011), as escolhas dos políticos em relação a suas trajetórias resultam da combinação das ambições individuais com a estrutura de oportunidades posta pelo arranjo institucional. O autor argumenta que os representantes fazem suas escolhas com base em considerações sobre a disponibilidade, acessibilidade e atratividade dos cargos, visando superar as incertezas políticas frente a um leque amplo de opções e consequências esperadas. Por essa lógica, muitas vezes, a consolidação profissional depende não da insistência em um cargo, mas da tomada de posição mediante oportunidades relativas, por exemplo, aos calendários eleitorais ou aos convites para ocupar cargos não eletivos que surgem durante o exercício das legislaturas – sem o risco da perda de mandato. Esse argumento se adequa ao sistema brasileiro e sugere interpretações mais positivas da dinâmica de formação das elites representantes no País.

Di Martino (2010) argumenta que a profissionalização da carreira parlamentar nem sempre implica a exclusividade da atuação no Legislativo. A autora invoca o conhecido estudo de Best e Cotta (2000) sobre as elites legislativas em onze países da Europa ao longo de 150 anos. É demonstrado que cerca de 30% dos políticos dos países em foco passaram por cargos subnacionais, sinalizando que o entendimento das carreiras legislativas federais carece de parâmetros distintos daqueles produzidos nos EUA e modelados pela *seniority* e pelas taxas de reeleição legislativas (DI MARTINO, 2010: 25-26). Enquanto estudos ao modo de Polsby (1968) põem foco na dimensão “intraparlamentar” da profissão política, a autora chama a atenção para a atuação dos políticos e o acúmulo de experiências externas ao parlamento, mas conectadas às pretensões de atuação no âmbito parlamentar. Por essa visão, o interesse pelo parlamento pode se desenvolver no bojo de um processo mais amplo de profissionalização política, no qual os políticos acumulam experiências diversas que podem ser mobilizadas para

acessar e atuar em cargos legislativos. Os legisladores seriam, assim, interessados em sua profissão, mas demonstram isso por sinais distintos, por exemplo, dos deputados dos EUA.

Ao comentar a afirmação de Samuels (2003) sobre o desdém dos políticos brasileiros à Câmara dos Deputados, Borchert (2011) diz que o autor falha ao não observar que 75% dos deputados federais buscam a reeleição e, destes, dois terços são reeleitos. Além do mais, o alto percentual dos que voltam à Casa depois de pausas ou afastamentos circunstanciais prova que a legislatura federal é atrativa e desempenha um papel importante nas carreiras políticas no Brasil.

As visões acima expostas exploram sinais e interpretações contraditórias sobre a profissionalização política das elites parlamentares e institucionalização das atividades legislativas no Brasil. Ambas têm seus fundamentos empíricos e suas lógicas interpretativas. Um diagnóstico convergente sobre a questão está longe de ser alcançado. Segundo Santos (2002 *apud* Di Martino, 2010), as pesquisas sobre a Câmara dos Deputados ainda não foram capazes de inserir essa discussão em uma agenda comparativa, seja devido a preocupações em oferecer resposta para problemas específicos ou conjunturais, seja em função da dificuldade em operacionalizar conceitos analíticos comuns.

Naturalmente, com o atual estado da arte da discussão em foco, este artigo não pode alcançar uma síntese da questão. Aqui, visa-se apenas mapear o debate sobre o âmbito nacional, de modo a tê-lo como parâmetro nas considerações sobre as elites parlamentares estaduais e, particularmente, sobre as legislaturas da Assembleia Legislativa do Espírito Santo no período em análise.

3 Elites parlamentares estaduais e suas trajetórias políticas: diagnósticos a partir de alguns estados e análise da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Na esteira da produção acima comentada, tem-se desenvolvido o debate sobre a evolução da representação nos sistemas subnacionais, sobretudo nos estaduais. Nesse caso, além da variação interpretativa sobre um mesmo estado, há variação real entre os estados no tocante à trajetória e ao perfil de suas elites, bem como à profissionalização dos legisladores.

Dois livros pioneiros sobre legislativos e elites políticas estaduais foram organizadas por Andrade (1998) e Fabiano Santos (2001). No primeiro, que põe foco no estado e na cidade de São Paulo, o capítulo de Costa e Oliveira (1998) conclui que a Assembleia Legislativa paulista é política e institucionalmente débil, incapaz de se colocar na interação com o Executivo como força suficiente para influenciar a elaboração de políticas públicas. De forma complementar, o capítulo de Abrúcio, no mesmo livro, chama a atenção para o ultrapresidencialismo estadual vigente em São Paulo, espécie de exacerbação do modelo federal em termos da concentração de poderes no Executivo. Segundo Abrúcio, o governador detém prerrogativas institucionais e recursos políticos tais como o controle sobre cargos da Administração, sobre os recursos orçamentários e sobre a execução de obras. Com tais

dispositivos, o governador interfere no destino político dos deputados, favorecendo ou não certos redutos políticos, viabilizando ou não as reeleições. Assim constrangido, o Legislativo se vê cooptado e tem influência quase nula sobre o governo. Os legisladores aparecem mais como figurantes nos planos governamentais do que como representantes efetivos dos interesses mais amplos da sociedade.

O livro organizado por Santos (2001) aborda o Legislativo em seis estados, revelando heterogeneidade entre os casos, com destaque positivo para as Assembleias de Minas Gerais (ALMG) e do Rio Grande do Sul (ALRS). A ALMG se destaca pela inovação organizacional que viveu na década de 80 em direção à profissionalização da assessoria parlamentar e à universalização de procedimentos referentes à produção legislativa. Com tais mudanças, a Assembleia de Minas foi reforçada como instituição e aprimorada como organização, tornando-se uma referência de inovação institucional tanto no meio acadêmico quanto no político (ANASTASIA, 1998). A ALRS, por sua vez, se destacou por sua força política, pelos fundamentos partidários de sua organização, pela simetria em relação ao Executivo e, por consequência, por sua capacidade de forçar o governo a negociar e conceder. Ambas as Casas, por suas características, seriam estimulantes para a profissão legislativa nos respectivos estados.

Sobre os demais estados, a obra manteve a imagem de assembleias marcadas pela atuação individualista de seus membros e (ou) apática em relação às imposições do Executivo. Um indicador contundente disso é a fraca produção dos legislativos estaduais, que se concentra em homenagens ou declarações de utilidade pública; outro seria a baixa disposição ou capacidade do parlamento para intervir – com emendas, por exemplo – nas propostas do governo.

Em estudo mais recente, Tomio e Ricci (2012) comparam 12 estados e, como em Santos (2001), identificam variações nas relações de força entre as assembleias e o Executivo. No entanto, os autores verificam que na produção de leis ainda predomina a legislação de impacto restrito, em contraposição às de amplo impacto, que são propostas, mas enfrentam dificuldades de aprovação. Tendo em vista as considerações acima sobre o caso federal, pode-se derivar que parlamentos com tão pouca influência política despertam escasso interesse nos legisladores no tocante à permanência na casa e à profissionalização – entendida como dedicação integral, persistente e exclusiva à atividade representativa. A falta de incentivos poderia tanto desestimular a dedicação profissional exclusiva à política, quanto levar ao vaivém dos representantes entre a assembleia e outras instâncias de poder – câmaras de vereadores, prefeituras, secretarias, governadorias e os vários cargos administrativos da Federação. O resultado dessa dinâmica seria o círculo vicioso citado no tópico anterior: os parlamentos são fracos porque pouco atraentes e pouco atraentes porque são fracos.

Uma frente complementar de pesquisas sobre as assembleias tem analisado as origens sociais e os atributos dos deputados em vários estados, visando avaliar suas qualidades sócio -

ocupacionais e experiências políticas. Afinal, o que esses traços sugerem sobre a profissionalização parlamentar e o perfil das legislaturas estaduais enquanto instituições? Logicamente, são detectadas variações entre os estados pesquisados no que se refere aos indicadores. Tais discrepâncias podem resultar de diferenças reais, de base histórico-social, ou metodológicas, decorrentes do uso de várias fontes de dados, dos métodos de agregação das categorias empíricas e dos diferentes recortes temporais adotados pelos pesquisadores. Além do mais, dificilmente ou nunca os estudos adotam o mesmo foco, de modo que as ênfases dadas em uns não se encontram em outros, tornando impossível comparar os resultados de forma sistemática. É impossível, portanto, apresentar aqui uma síntese consistente do cenário federativo. É suficiente destacar que, de maneira geral, a composição social nas assembleias estaduais reflete, como no Congresso, um corte social nítido entre os representantes e a massa da população, marcando o perfil elitista dos representantes estaduais. Os comentários abaixo se baseiam nos seguintes autores: Moraes Filho (2001), sobre o Ceará; Perissinoto *et al.* (2007), sobre o Paraná, Perissinoto *et al.* (2009) e Sampaio *et al.* (2012), sobre Minas Gerais e Rio de Janeiro; Ziegmann (2011) sobre São Paulo, Minas Gerais e Paraná – além de outros estudos cidadãos oportunamente.

Nos aspectos sociais, a hegemonia masculina nas assembleias estaduais se confirma, como no plano federal, ficando em torno de 90% a presença dos homens. A faixa dominante de idade gira em torno dos 40 anos. A maior parte dos parlamentares estaduais têm curso superior completo, variando, de acordo com o estado, de 54% (Ceará, conforme MORAES, 2001) a 86% (Minas Gerais, conforme SAMPAIO, 2012). No tocante ao perfil profissional, dominam os profissionais liberais e os diplomados em direito, mostrando, mais uma vez, que o controle sobre o próprio tempo e o domínio de habilidades politicamente vantajosas, como a retórica, são atributos das elites políticas, inclusive das estaduais.

Em relação aos aspectos políticos, nota-se que os deputados estaduais em sua maioria têm alguma experiência prévia em cargos não eletivos ou eletivos, inclusive como deputado estadual. Vide, nos capítulos respectivos do livro de Santos (2001), informações sobre as Assembleias do Rio de Janeiro (RJ) e de São Paulo (SP): na primeira, 40% não eram mais calouros na Casa; na segunda, o percentual é de 45% (Santos, 2001). Em estudo comparado sobre as elites estaduais no RJ e em MG, Sampaio (2012) mostra que, nos dois estados, os deputados tinham, em média, quatro anos de experiência prévia quando atuaram nas Assembleias, entre 2002 e 2010.

Em suma, seja pelos atributos sociais ou pelas experiências políticas acumuladas de seus membros, as assembleias estaduais (considerando-se as aqui mencionadas) são ocupadas por indivíduos cujo tipo médio destoa do cidadão em geral. Trata-se de pessoas dotadas de atributos, herdados ou adquiridos, que viabilizaram a ascensão para a classe política e, dela, para a elite representativa. Assim como se dá com os deputados federais, a atuação exclusiva no

parlamento estadual é apenas uma possibilidade. Em muitos casos, as experiências políticas se dispersam entre as várias possibilidades colocadas pelo sistema, mas isso não invalida o argumento de que os políticos estaduais de fato constituem uma elite e investem na profissão política. No tocante à profissionalização e institucionalização da representação legislativa, assim como no caso da Câmara dos Deputados, os dados permitem conclusões paradoxais, em parte porque os recortes teórico-analíticos e metodológicos dos estudos variam, e em parte porque os estados são diferentes entre si quanto ao padrão de desenvolvimento político-institucional.

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) não foge ao perfil geral acima apresentado. Mas é objetivo deste trabalho investigar as especificidades que podem lançar luz sobre o perfil e a trajetória das elites parlamentares no Estado. Domingues (2001), tendo em vista o arranjo institucional estadual e um conjunto de dados sobre produção legislativa, estuda a relação entre Legislativo e Executivo no ES e mostra que a ALES é limitada como instituição, tem uma estrutura funcional pouco profissionalizada e é subserviente ao Executivo. Da parte dos deputados, a dinâmica legislativa é pautada pelo individualismo e pela produção clientelista – em grande parte honoríficas e (ou) de impacto individual ou local.

Essa leitura é confirmada em trabalhos mais recentes, como em Rainha (2012), Pessine (2013) e Pessine e Pratti (2015). Nesses três trabalhos, as autoras destacam o largo uso do poder de urgência por parte do Executivo (97%), a baixa disposição dos legisladores para intervir no processo legislativo, a incapacidade ou indisposição da ALES para aprovar legislação complexa, deixando-as a cargo do governador. Pessine (2013) destaca, ainda, a inoperância das comissões permanentes na lida com as propostas do governo. Embora tenha como função precípua o estudo dos projetos de lei e a produção de informações para instruir as decisões legislativas, as comissões na ALES não cumpriram esse papel. Os projetos dos deputados receberam propostas de alteração (emendas) nas comissões em apenas 1% dos casos; os do Executivo, em cerca de 3%. Cerca de 97% das tramitações iniciadas pelo Executivo se deram em regime de urgência, retirando das comissões a oportunidade para apreciar o conteúdo das matérias (PESSINE, 2013).

A julgar pelos estudos citados, nada mudou na postura institucional da Assembleia Capixaba desde o fim dos anos 1990 até hoje. Qual seria o efeito da debilidade e da estagnação legislativa na composição da elite parlamentar estadual ao longo do tempo? Que qualidades sociais e políticas os deputados do ES têm acumulado? Elas confirmam ou negam um processo de profissionalização e institucionalização no campo da política estadual? Se considerado um dos argumentos aventados na literatura, isso deveria se refletir num baixo incentivo para a profissionalização parlamentar no Estado. Surpreende, portanto, que os indicadores analisados a seguir, referentes ao período da 11^a à 17^a legislaturas, apontem em direção contrária: uma elite cada vez mais seleta em termos de seus atributos sociais e de suas experiências políticas formais.

4 Dados socioeconômicos sobre a elite parlamentar da ALES

Entre as variáveis relacionadas ao perfil social dos membros da ALES, a primeira a ser analisada é o gênero. O direito à presença feminina em espaços políticos já não é recente no Brasil, pois, desde a Era Vargas, com o código eleitoral de 1932, foi permitido às mulheres disputar cargos eletivos no país. Embora faça 81 anos, as pesquisas mostram a sub-representação feminina reiterada nos cargos eletivos, tanto no plano federal quanto nos demais.

A Tabela 1 corrobora a ideia de que a elitização da ALES expressa a realidade dos legislativos no país. A Assembleia é perpassada por um corte de gênero que indica obstrução do acesso feminino ao poder político e que não tem relação lógica com as (in)capacidades das mulheres para a função representativa. Não se trata de um elitismo “funcional”, ao modo de Weber, mas de uma seleção pautada pela imposição diferenciada, e prejudicial às mulheres, de obstáculos à atuação política. Mas, a despeito da hegemonia masculina em todo o período, nota-se uma curva ascendente (de 0% a 13%) no contingente feminino na ALES. Apesar das dificuldades, parece que as mulheres têm, aos poucos, potencializando as oportunidades decorrentes da democratização e dos avanços no debate sobre relações de gênero na sociedade como um todo.

Tabela 1 - Representação parlamentar de acordo com o gênero (%)

	Legislaturas							Total
	11 1987-90	12 1991-94	13 1994-97	14 1998-02	15 2003-06	16 2007-10	17 2011-14	
Mulheres	0.0	6.7	6.7	3.3	16.7	10.0	13.3	8.2
Homens	100	93.3	93.3	96.7	83.3	90.0	86.7	91.8
N (100%)	27	30	30	30	30	30	30	207

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

Em relação à idade dos deputados e deputadas, não obstante os altos e baixos ao longo do período, nota-se uma tendência ao aumento da média, da casa dos 40 para a dos 50 anos. Interessante observar que a média de idade das mulheres é mais alta, indicando que elas entram um pouco mais tardiamente que os homens na política institucional ou, pelo menos, têm mais dificuldade para ser bem-sucedidas em seus intentos eleitorais.

Tabela 2 - Média de Idade dos Parlamentares de acordo com o gênero

Legislatura	Mulheres		Homens	
	Média	N	Média	N
11	-	-	43,26	27
12	44,00	2	41,56	27
13	40,00	2	42,44	27
14	43,00	1	47,55	29
15	52,00	5	45,12	25
16	52,00	3	45,89	27
17	51,25	4	49,96	26
Total	48,94	17	45,11	188

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

No que diz respeito à tendência geral de aumento da idade, pode-se, em parte, interpretá-la como resultado das reeleições de parlamentares que vão se consolidando na carreira legislativa e ficando velhos(as) no cargo. Em princípio, trata-se de um dado positivo referente à profissionalização, pensada em termos dos conceitos de *seniority* e *expertise* mobilizados por Polsby (1968). É plausível postular que a idade e a experiência que ela traz são fatores que pesam positivamente na competição pelas cadeiras na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, mostrando, como requer a teoria da institucionalização legislativa, certo “fechamento” da ALES em relação a políticos novatos e inexperientes. Adiante essa questão será retomada.

A escolaridade também é uma variável relevante. Já foi dito que no Congresso a escolaridade dos representantes expressa um corte elitista, indicando um alto grau de instrução formal, com uma parcela de 80% com curso superior completo (MARENCO, 2000; RODRIGUES, 2002; ARAÚJO, 2013). Também já foi mencionado que, no caso dos legislativos estaduais, os níveis de escolaridade são, em média, um pouco mais baixos, mas ainda elevados se comparados à média da população.

Tabela 3 – Nível de Escolaridade dos parlamentares (%)*

Escolaridade	Número da legislatura							Total	
	11	12	13	14	15	16	17	N	%
	1987-90	1991-94	1994-97	1998-02	2003-06	2007-10	2011-14		
Superior	80,8	69,2	69,2	65,5	66,7	80,0	89,7	146	74,5
Médio	3,8	11,5	26,9	27,6	30,0	16,7	6,9	35	17,9
Fundamental	15,4	19,2	3,8	6,9	3,3	3,3	3,4	15	7,7
Total (100%)	26	26	26	29	30	30	29	196	100

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

* Os casos “sem informação” não foram considerados no cálculo dos percentuais.

A Tabela 3 indica que o ES não foge à regra nacional. Por volta de 75% dos representantes capixabas possuem ensino superior completo. Ao longo das legislaturas, pode-se

perceber a tendência ao aumento do “volume de capital escolar”, o que, segundo Freire (1998), tende a favorecer a carreira parlamentar e proporcionar a especialização em funções legislativas. Ao contrário da elitização por gênero, que expressa a dominação masculina na Assembleia, o corte por escolaridade é de algum modo positivo, pois aponta para uma qualificação crescente dos parlamentares para lidarem com a complexidade do fazer legislativo. Em tese, a obtenção de níveis elevados de escolaridade e as experiências sociais afins qualificam melhor os representantes para se estabelecer na profissão política (PERISSINOTO *et al*, 2009).

A ressalva a ser feita, em relação aos dados da ALES, é que as presumíveis restrições impostas aos pretendentes de baixa escolaridade expressa a exclusão dos segmentos sociais populares, contrariando a popularização da representação esperada com a redemocratização. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, a despeito do aumento da competitividade para o ingresso na Casa, tem havido um declínio no nível geral de escolaridade, que pode ser lido como indicador de popularização da política nacional (RODRIGUES, 2002). Importa lembrar que a formação escolar é apenas uma variável indicativa da qualificação do representante e – em termos normativos – não deve determinar a exclusão severa das classes populares nas arenas de representação.

Entre os componentes do perfil social das elites, a literatura dá grande ênfase às profissões, por estarem associadas ao desenvolvimento de habilidades favoráveis (ou não) ao ingresso e ao sucesso na política. Como apontado por Weber (2006), as carreiras liberais seriam as mais propícias para aqueles que almejam postos representativos. Alguns dos fatores favoráveis seriam a capacidade retórica, a disponibilidade de tempo para as atividades políticas e a possibilidade de abandonar a política, se necessário, e retomar a profissão original. Não por acaso, os advogados estão entre os profissionais mais frequentes nos legislativos em torno do mundo. No Brasil, a presença dos bacharéis no parlamento remonta ao Império (CARVALHO, 2012) – embora em tempos recentes se note um declínio deste segmento, em favor da ascensão de profissões mais populares. Esse seria um dos resultados da chamada popularização da política (RODRIGUES, 2002).

Abaixo estão expostas as categorias profissionais encontradas entre os deputados da ALES nas sete legislaturas em foco. A agregação dos grupos ocupacionais foi feita conforme Rodrigues (2002) e não distingue profissão de titulação acadêmica – as duas coisas costumam se confundir nas fontes biográficas disponíveis. Os totais das colunas ultrapassam 100% porque há parlamentares com mais de uma profissão ou titulação.

Tabela 4 – Profissões dos deputados estaduais (%), por legislatura

	11	12	13	14	15	16	17	Média
	1987-90	1991-94	1994-97	1998-02	2003-06	2007-10	2011-14	
Profissional liberal	33,3	33,3	26,7	33,3	33,3	53,3	50,0	32,4
Empresário	37	33,3	20,0	40,0	16,7	26,7	26,7	24,5
Funcionário Público	14,8	26,7	16,7	16,7	26,7	6,7	6,7	14,1
Comunicador	18,5	3,3	20,0	6,7	13,3	13,3	13,3	10,8
Político Profissional	3,7	6,6	13,3	13,3	6,7	-	-	5,4
Trabalhador	3,7	-	-	-	13,3	10,0	6,7	4,1
Professor	3,7	6,7	-	-	10,0	6,7	3,3	3,7
Religioso	3,7	-	3,3	-	3,3	3,3	-	1,7
Sem informação	3,7	3,3	10	3,3	-	3,3	3,3	3,3
Total	27	30	30	30	30	30	30	-

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

Os dados confirmam as expectativas apontadas pela literatura, sugerindo que profissões liberais, nesse contexto, são mais propícias ao desenvolvimento de carreiras políticas. Nessa categoria ocupacional, advogados e médicos se destacaram, perfazendo, respectivamente, médias de 14,5% e 11,5% em relação ao total dos deputados do período. Destaca-se, ademais, a tendência de aumento dos profissionais liberais no período, saindo da faixa dos 30% para a dos 50%.

Os empresários são o segundo maior contingente ocupacional da ALES, o que expressa certo paradoxo. São profissionais cujas atividades implicam intenso envolvimento com questões privadas cotidianas, o que tende a torná-los indisponíveis e indispostos para o engajamento político formal (WEBER, 2006). A presença notável de empresários na ALES vai em direção contrária e pode estar relacionada a uma mudança de padrão nos parlamentos contemporâneos. No Brasil, tanto no nível federal quanto no estadual, o empresariado é uma parcela destacada dos representantes, frequentemente a maior entre todas as categorias (RODRIGUES, 2002, 2009; CODATO *et al.*, 2015). A composição da ALES corresponde, portanto, ao padrão nacional de presença empresarial nas elites parlamentares, embora se deva notar a tendência de queda do percentual, em favor do aumento dos profissionais liberais.

Importa, por fim, observar que a categoria “trabalhador”, que abrange os assalariados manuais e não-manuais, teve sua maior expressão nas legislaturas 15 e 16, voltando a cair na última legislatura do período. Essa tendência, caso se consolide, aponta para a exclusão de setores da base da pirâmide social em favor das elites econômicas e profissionais, como o empresariado e os profissionais liberais acima mencionados.

A Tabela 5 informa a distribuição (%) das ocupações por blocos ideológicos. Em relação à estruturação propriamente política da representação legislativa no ES, os dados

mostram, como esperado, uma concentração maior de empresários na direita, e de trabalhadores e professores na esquerda. Nesses pontos, o padrão converge com o que diz Rodrigues (2002) sobre a Câmara e indica certa coerência ideológica dos partidos no recrutamento social das elites estaduais.

Tabela 5 – Profissões (%), por bloco ideológico

	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Profissional liberal	30,8	48,0	37,0	37,7
Empresário	23,1	18,0	38,0	28,5
Funcionário Público	16,9	18,0	15,2	16,4
Comunicadores	18,5	4,0	13,0	12,6
Político Profissional	3,1	2,0	10,9	6,3
Trabalhador	7,7	4,0	3,3	4,8
Professor	9,2	2,0	2,2	4,3
Religioso	1,5	2,0	2,2	1,9
Sem informação	3,1	6,0	3,3	3,9
N*	65	50	92	207

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

* Os totais percentuais ultrapassam 100% porque alguns parlamentares registram mais de uma profissão.

Os profissionais liberais se agregam mais no centro e na direita, enquanto os funcionários públicos se distribuem de forma equilibrada entre os blocos. Entre os primeiros, estão os advogados, médicos, economistas, engenheiros e arquitetos; entre os segundos, os funcionários públicos administrativos, os cargos nomeados de menor escalão e até mesmo os policiais. Em princípio, não há relação necessária entre ser de uma dessas duas categorias e manifestar uma ideologia específica. O corte de classes não é óbvio, já que elas são internamente heterogêneas em termos da formação intelectual e dos traços sociais de seus membros. Uma opção para avaliar a relação entre profissão e ideologia seria adotar categorias ocupacionais mais específicas, porém o número total de casos é baixo (N=207), e uma maior fragmentação analítica impediria a observação de tendências.

Até aqui os dados mostram que o perfil dos deputados e deputadas estaduais do ES apontam na direção dos argumentos da teoria das elites, segundo os quais os representantes tendem a compor um estrato social diferenciado, para cima, da média da população. Algumas das características dos membros da elite, tais como escolaridade elevada, qualificação acadêmica, idade e *expertise* profissional, podem ser funcionalmente importantes à atividade representativa, por estarem ligadas à experiência e à disponibilidade necessária para o desempenho eficaz da representação. No entanto, há no Estado indicadores de elitismo que podem ser considerados negativos, como a hegemonia masculina e a sub-representação dos segmentos populares, que excluem parcelas importantes da sociedade – mulheres e trabalhadores –, sem qualquer implicação positiva para o trabalho parlamentar.

5 Dados políticos sobre a elite parlamentar da ALES

É importante começar este tópico pelo mapa partidário das legislaturas investigadas, já que os partidos são canais indispensáveis ao ingresso dos representantes no parlamento e à sua permanência. Na tabela 6 se nota que, no período, 22 agremiações diferentes elegeram deputados e deputadas para a Assembleia, mostrando que no ES, na busca da vitória eleitoral, os parlamentares e seus partidos adotaram estratégias de competição que fragmentam o subsistema partidário estadual.

Tendo por base o número total de mandatos obtidos ao longo das legislaturas, os maiores partidos no ES refletem o cenário nacional, com a ressalva de que o PSDB, em geral entre os primeiros no plano federal, ocupa o sétimo lugar no estado. O PFL/DEM, o PMDB e o PT estão nos lugares nos quais em geral estiveram nacionalmente no intervalo de tempo aqui considerado.

Tabela 6 - Composição partidária da Assembleia Legislativa por legislatura, 1987 a 2011

Partidos	Número da legislatura							Total
	11 1987- 90	12 1991- 94	13 1994- 97	14 1998- 02	15 2003- 06	16 2007- 10	17 2011- 14	
PFL/DEM	9	6	2	6	4	3	5	35
PMDB	13	4	4	3	2	3	5	34
PT	3	3	4	1	4	2	4	21
PDT	1	3	4	2	2	4	4	20
PTB	0	4	4	4	3	4	1	20
PSDB	0	5	4	4	2	1	0	16
PSB	0	1	2	3	2	4	2	14
PPS	0	0	0	5	2	0	1	8
PPB	0	0	0	1	4	1	0	6
PL	0	0	1	0	2	2	0	5
PMN	0	0	1	1	1	1	0	4
PPR	0	0	4	0	0	0	0	4
PR	0	0	0	0	0	0	4	4
PRN	0	3	0	0	0	0	3	3
PRP	0	0	0	0	0	1	2	3
PAN	0	0	0	0	0	2	0	2
PSC	0	0	0	0	1	1	0	2
PV	0	0	0	0	0	0	2	2
PDC	0	1	0	0	0	0	0	1
PDS	1	0	0	0	0	0	0	1
PTC	0	0	0	0	1	0	0	1
PTdoB	0	0	0	0	0	1	0	1
Legendas com cadeiras	5	9	10	10	13	14	10	22

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

A análise do número nominal de partidos por legislatura revela que a fragmentação foi alta e crescente no período, com uma queda nas eleições de 2010. Passados os efeitos do regime autoritário sobre a disputa partidária, os políticos capixabas não pouparam siglas. Em termos de partidos nominais, a quantidade cresceu de cinco, em 1987, para dez, em 2011, com um pico de 14 em 2007.

Tabela 7 – Número de partidos nominais e Número Efetivo de Partidos na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, de 1987 a 2011

	1987	1991	1995	1999	2003	2007	2011
Partidos nominais	5	9	10	10	13	14	10
Partidos efetivos	2,8	7,4	8,5	7,6	10,7	10,7	8,0

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

No tocante ao número efetivo de partidos (NEP), constata-se que os índices da ALES, com 30 membros, são superiores aos da Câmara dos Deputados (CD), com 513. Na CD, no período em foco, o NEP médio foi de 7,8; na ALES, 8,0. Em nenhuma legislatura na Casa Federal o índice chegou a 10 (ARAÚJO, 2013), como chegou na Assembleia Estadual nas legislaturas 15 e 16. Trata-se, certamente, de um número elevado demais, que sugere o fato de os acordos se darem mais entre os indivíduos, sem efetiva mediação partidária.

Uma importante função dos partidos, por meio dos líderes, é agregar indivíduos e coordenar suas ações para viabilizar as escolhas coletivas (COX; MCCUBBINS, 1993). No parlamento, os líderes partidários são agentes que atuam em nome das respectivas bancadas, viabilizando os acordos das legendas entre si e destas com o Poder Executivo. Nesse sentido, quanto mais indivíduos os partidos agregam, maior a importância de suas lideranças no engendramento de acordos políticos, porque isso implica a redução no número de atores em negociação e consequentemente a minimização dos custos de transação. Na ALES, a grande dispersão dos parlamentares pelas legendas partidárias amplia demasiadamente o número de líderes, tornando o acordo com (e entre) lideranças quase tão custoso quanto o acordo com parlamentares individuais. Nesse cenário, os partidos perdem força como instâncias de agregação de interesses e coordenação da ação coletiva

Enfim, embora as elites parlamentares capixabas tenham alguma coerência entre suas formações profissionais e suas filiações partidário-ideológicas, a fragmentação “intraparlamentar” não sugere que os partidos sejam relevantes na agregação de interesses e na produção de acordos – contrariamente ao que se vê na Câmara (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999) ou na Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul (GROHMAN, 2001).

A participação em organizações sociais politicamente mobilizadas é outro dado importante para se entender o perfil das elites. As conexões que se estabelecem entre os políticos e associações diversas, antes e depois de ingressarem na política institucional, indicam

as bases de socialização na vida pública a partir das quais eles (e elas) puderam projetar suas carreiras públicas. A tabela 8 oferece dados que permitem uma leitura sobre o perfil da elite parlamentar estadual em termos de suas conexões, ao longo da vida, com as bases sociais organizadas.

Tabela 8 – Participação (%) em associações politicamente relevantes, por legislatura

	Legislatura							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
Sim	37,0	40,0	30,0	30,0	43,3	30,0	33,3	34,8
Não	3,7	33,3	46,7	60,0	46,7	56,7	60,0	44,4
Sem informação	59,3	26,7	23,3	10,0	10,0	13,3	6,7	20,8
Total (100%)	27	30	30	30	30	30	30	207

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

Notam-se picos de 40% nas legislaturas 12 e 15, mas a tendência geral do período é de baixa. Não obstante, é expressiva a média de 35% de parlamentares estaduais com história de vínculo com associações e organizações de cunho político. Na Câmara dos Deputados, segundo Marengo e Serna (2007), cerca de 48% dos deputados tem trajetória de participação associativa anterior ao ingresso na vida legislativa. Cabe observar, no entanto, que a comparação com a CD é prejudicada pelo grande número de casos sem informação entre os parlamentares da ALES.

Quanto à distribuição das experiências associativas por blocos ideológicos, os dados confirmam a expectativa, mostrando que os parlamentares de esquerda constroem, ao longo da vida, laços mais frequentes com as bases sociais. A taxa de participação cai gradativamente da esquerda para a direita, de 52% para 24%. Também aqui os dados convergem com o que ocorre na CD, onde os deputados de esquerda demonstram conexão mais intensa com organizações associativas diversas (MARENCO E SERNA, 2007). Mais uma vez, os dados mostram que a dispersão partidária dos representantes capixabas e sua aparente falta de compromisso com os partidos não correspondem à incoerência de suas trajetórias. A vinculação entre o perfil ideológico, as experiências profissionais e a trajetória associativa são indicadores razoáveis de coerência.

Tabela 9 – Participação (%) em organizações associativas*

	Ideologia			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Não	38,5%	38,0%	52,2%	44,4%
Sim	52,3%	32,0%	23,9%	34,8%
Sem informações	9,2%	30,0%	23,9%	20,8%
N (100%)	65	50	92	207

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

* Posicionamento ideológico feito com base em Carreirão, 2006.

A seguir serão analisadas informações sobre a experiência dos parlamentares em cargos da Administração Pública. A ocupação de cargos na alta burocracia é uma oportunidade para o acúmulo de experiência política, sobretudo considerando que, no caso do Brasil, os parlamentares podem ocupar tais cargos durante os mandatos e voltar a qualquer tempo para a cadeira legislativa. Esse é um dos fatores pelos quais é expressivo o percentual de deputados com passagem por cargos públicos nos altos e médios escalões (nos municípios, nos estados ou na Federação). Além da experiência em si mesma, os cargos administrativos, por serem os reais condutores das políticas públicas, propiciam novos canais de contato entre representantes e eleitores. São esses cargos que lidam diretamente com a distribuição de recursos públicos e a implementação de políticas que afetam os interesses dos distritos eleitorais (políticas distributivas) e de categorias sociais diversas que compõem a sociedade (políticas regulatórias). Enfim, a experiência burocrático-administrativa tanto incrementa a formação dos representantes quanto permite reduzir as incertezas eleitorais, por meio do estreitamento dos vínculos com os eleitores.

Tabela 10 – Experiência em cargos administrativos, por nível de governo (valores absolutos e %)

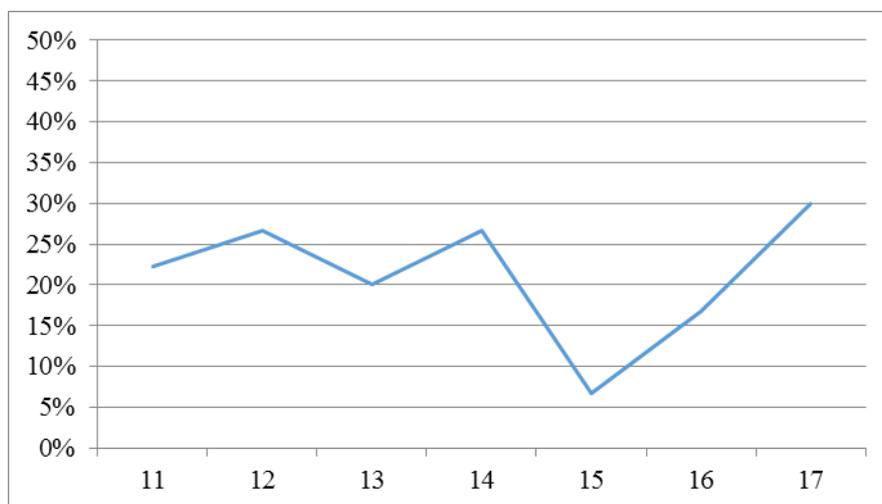
Nível de Governo	Legislaturas							Total
	11	12	13	14	15	16	17	
Municipal (N)	4	5	5	3	6	5	10	38
%	14,8	16,7	16,7	10,0	20,0	16,7	33,3	18,4
Estadual (N)	4	9	9	8	8	6	8	52
%	14,8	30,0	30,0	26,7	26,7	20,0	26,7	25,1
Não ocuparam cargos (N)	11	10	12	15	12	14	2	75
%	40,7	33,3	40,0	50,0	40,0	46,6	6,6	36,4
Sem Informação (N)	8	6	4	4	4	5	10	41
%	29,6	20,0	14,8	14,8	14,8	16,7	33,3	19,8

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE e outras fontes, 2013.

A tabela considera cargos de indicação política no alto e no médio escalões do governo: os ministérios, as secretarias, autarquias, bancos e empresas estatais, como as companhias de água e luz, etc. Mesmo com oscilações, uma parcela considerável de representantes obteve experiência desse tipo ao longo do período, com tendência de aumento nos cargos de gestão em nível municipal – de 15% para 33%. Em relação aos cargos estaduais, com exceção da 11ª Legislatura, não houve muito sobe e desce, e as taxas se mantiveram mais homogêneas em torno da média de 25%. A passagem prévia por cargos federais foi escassa, tendo se observado apenas dois casos: um na 11ª, outro na 16ª legislatura. Em suma, ao todo, chega a 43% o percentual daqueles que tiveram experiência administrativa em algum nível da Federação. O fato é que a estrutura da Administração Pública, particularmente nos níveis estadual e municipal, tem consistido num campo importante de treinamento político prévio dos indivíduos que rumam para a elite parlamentar estadual no ES.

O Gráfico 1 mostra a evolução do nível de experiência prévia das legislaturas na chefia do Poder Executivo nos níveis municipal e estadual – prefeito, governador e respectivos vices. Os casos se concentram no Executivo municipal, tendo havido apenas dois casos no estadual, e nenhum no federal. Apesar das fortes oscilações, nota-se no gráfico uma tendência de aumento desse tipo de vivência entre os parlamentares capixabas: subiu de cerca de 22% para 30% ao longo de período.

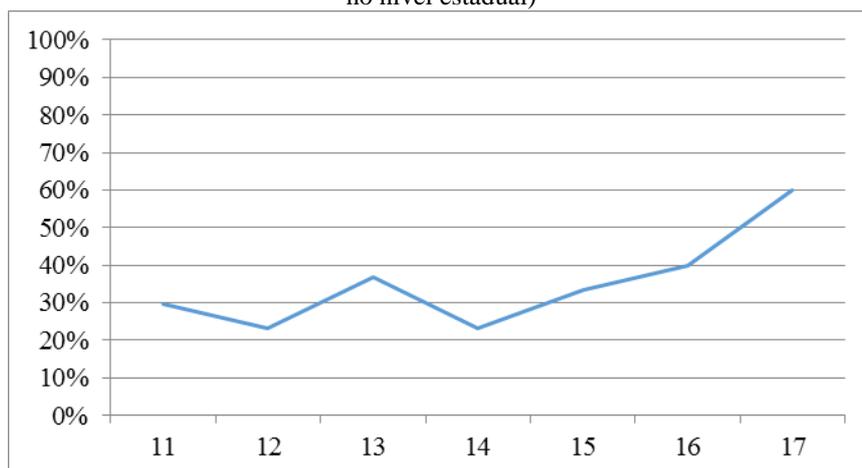
Gráfico 1 – Experiência na chefia do Executivo previamente ao mandato na ALES



Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE e outras fontes, 2013.

Como já dito, a concentração de prerrogativas no Executivo o torna um posto cobiçado por grande parte dos políticos brasileiros. Desse lugar, é possível estreitar os vínculos com os distritos eleitorais, ampliar redes políticas e aumentar a capilaridade junto ao eleitorado, com vistas a diminuir as incertezas das disputas políticas. Ademais, o cargo permite acumular conhecimento e experiência valiosos para o futuro dos que visam permanecer na vida política.

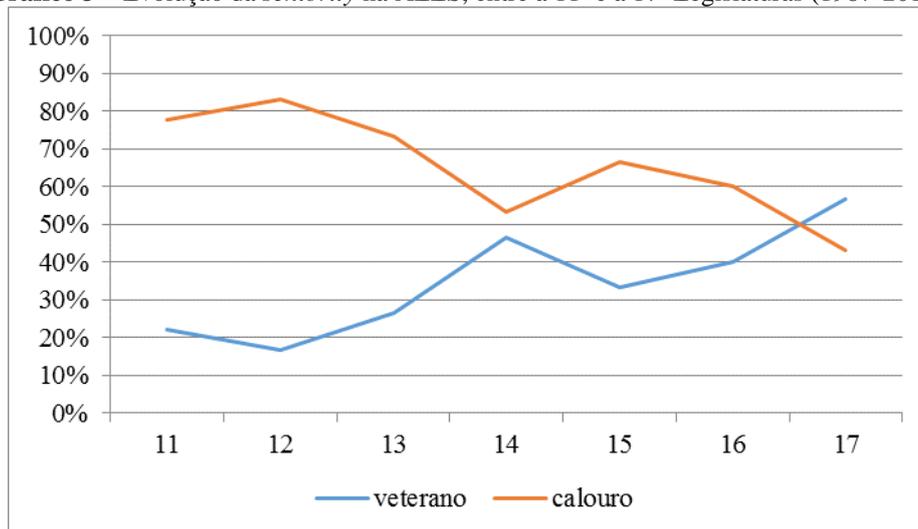
O acúmulo de conhecimento sobre a organização legislativa é também, sem dúvida, uma via desejada de aprendizado e de ganho de capital político na carreira de qualquer pleiteante ao parlamento. Os dados do Gráfico 2 mostram que esse traço tem sido cada vez mais comum entre os membros da Assembleia Legislativa do ES.

Gráfico 2 – Evolução de percentual de deputados que ocuparam previamente cadeiras legislativas (exceto no nível estadual)

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

A linha indica um aumento paulatino e constante da experiência no Poder Legislativo em nível municipal ou federal (os valores não incluem a experiência prévia na própria ALES, considerada como *seniority*, no gráfico 3). Na média, 35% dos mandatários atuaram previamente em uma casa legislativa. A 17ª Legislatura apresenta o pico, com dados positivos para 60% dos membros. Em princípio, pode-se alegar o aumento da vocação legislativa entre os políticos de carreira; no entanto, é preciso considerar que os legislativos – em especial as câmaras de vereadores – oferecem um número bem maior de vagas, tendendo, portanto, a ser as arenas mais frequentadas pelos políticos antes de (ou entre) seus mandatos. De fato, dos 73 mandatários experientes, 64 passaram pela vereança, em comparação com três com passagem no Senado e nove na Câmara dos Deputados. Vale lembrar que as experiências não se excluem: um deputado estadual pode ter sido antes – e alguns foram – vereador e deputado federal.

No que concerne à análise da trajetória e do perfil das elites, vale ressaltar a relevância da *seniority* como indicador da profissionalização dos legisladores e sua estabilidade no cargo (POLSBY, 1968). Parlamentos com alta renovação são, em princípio, menos burocratizados e pouco institucionalizados, com baixa presença de profissionais e alta frequência de novatos e *outsiders*. Conforme o Gráfico 3, desde 1987 vem aumentando a taxa de deputados estaduais com passagem anterior pela Casa, em contrapartida à diminuição da entrada de calouros. Entre a 11ª e a 17ª Legislaturas, a taxa de *seniority* foi de 33% a 57%, um aumento de 24 pontos percentuais.

Gráfico 3 – Evolução da *seniority* na ALES, entre a 11ª e a 17ª Legislaturas (1987-2014).

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE e outras fontes, 2013.

Além de mostrar interesse pela carreira parlamentar, o fenômeno sugere aprendizado com relação às disputas eleitorais legislativas, pois as repetidas passagens pela Casa (ainda que não necessariamente subsequentes) significam tentativas reiteradas e bem sucedidas na disputa por uma cadeira legislativa. O aumento gradativo dos *experts*, na medida em que implica restrição do acesso de calouros à ALES, pode ser visto como indicador tanto do aumento da competência dos deputados como profissionais da política quanto do avanço da institucionalização legislativa no âmbito estadual. Trata-se, no caso, de uma das expressões da delimitação formal entre o Legislativo e seu exterior, que tipicamente caracterizaria processos de institucionalização (POLSBY, 1968).

Os últimos dados considerados se referem às taxas de reeleição. Vale esclarecer que vários autores calculam o percentual de reeleitos com base no número dos que tentam permanecer no cargo, e não no total dos parlamentares da Casa. Neste trabalho, porém, devido à ausência de dados sobre a lista de candidatos, os percentuais se referem ao total dos que “emendaram” mandatos, isto é, foram reconduzidos à cadeira imediatamente após uma legislatura na qual atuava. Como se vê, apenas a 12ª se desvia da tendência regular de aumento de parlamentares reeleitos. A queda na taxa de reeleição ocorrida entre a 11ª e a 12ª Legislaturas significa um novo começo e pode ser lida como resultado da abertura democrática, que deslocou as elites que se estabeleceram na ALES durante o período militar. Com o multipartidarismo mais consolidado, os percentuais sobem regularmente de 17% para 50%, mostrando que a partir de 1990 houve um crescimento da valorização da função legislativa, com mais políticos fixados em seus cargos.

Tabela 11 – Taxa de reeleição por legislatura

Legislatura	N	%
11	9	33,3
12	5	16,6
13	6	20,0
14	8	26,6
15	10	33,3
16	11	36,6
17	15	50,0

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados do TSE, 2013.

Avaliados conjuntamente, os dados dos Gráficos 2 e 3 e da Tabela 11 apontam, à primeira vista, numa direção favorável aos processos de profissionalização parlamentar e de institucionalização legislativa no ES. As tendências de aumento no número de deputados com experiência pregressa em outras casas legislativas, de deputados com mandatos prévios na própria ALES e, finalmente, de deputados bem-sucedidos em pleitos sucessivos à Casa estadual, indicam, em tese, que a qualificação necessária ao sucesso do legislador aumenta gradativamente e restringe o ingresso de não iniciados na arena legislativa. Se por um lado isso pode limitar o arejamento democrático da representação, por outro pode refletir os méritos da profissionalização política dos parlamentares capixabas e seus efeitos na autonomia da ALES em relação aos imprevistos do ambiente – *outsiders* não entram, apenas iniciados, ou algo do tipo.

Há, no entanto, um aparente paradoxo a ser considerado. Como dito antes, acredita-se que o interesse das elites políticas em investir numa carreira parlamentar é incentivado pela importância do Legislativo no sistema político, ou seja, pela efetiva competência deste poder para atuar nos processos decisórios em nome dos interesses ali representados – sejam eles interesses pessoais, distritais ou sociais. Um Legislativo forte seria, nessa visão, um meio pelo qual os representantes buscariam atender seus interesses políticos, os de suas bases e, ademais, consolidarem-se em sua profissão. A literatura aqui trabalhada mostra, no entanto, que, no Espírito Santo, o Legislativo não tem participação expressiva na produção de leis, sequer conta com uma estrutura interna racionalizada de assessores para subsidiar a atuação parlamentar no processo decisório interno (DOMINGUES, 2001; PESSINE, 2013). A quase total ausência de emendas aos projetos de lei (de qualquer autoria) revela, por exemplo, a debilidade funcional e política do sistema de comissões da ALES. Em todo o período aqui abordado, o Executivo dominou a produção legislativa tanto por meio da iniciativa de leis quanto por meio dos vetos. Fica a questão: por que, afinal, acumular *expertise* para insistir em uma casa legislativa que é mera figurante no sistema governamental?

Mas conforme acima dito, o paradoxo pode ser apenas aparente. Sem dúvida, os legisladores enfrentam restrições institucionais à proposição de leis, tendo em vista a concentração constitucional de atribuições legislativas no Poder Executivo e a capacidade deste

para influenciar o *timing* e o conteúdo dos trabalhos legiferantes da Assembleia. No entanto, as atribuições do Legislativo não se restringem à produção e ao emendamento de leis. Presumindo a racionalidade dos atores políticos e considerando o nível de *expertise* política que os dados demonstraram, é plausível esperar que os parlamentares capixabas utilizem outros instrumentos dos quais dispõem para extrair do cargo vantagens diferentes daquelas relativas à produção legislativa ordinária. A participação na aprovação do orçamento, a fiscalização e o controle institucional dos Poderes são também um campo importante da atuação legislativa ainda não devidamente contemplado pela literatura sobre o ES.

Conforme a Constituição, os parlamentares podem utilizar as atribuições do cargo para emendar as peças orçamentárias, fiscalizar e controlar os Poderes, sobretudo o Executivo, de modo a forçá-lo a atender às demandas da Casa. Sendo assim, nas negociações com o Poder Executivo, envolvendo a fiscalização e a produção legislativa, as demandas do Legislativo podem afetar o equilíbrio de forças, influenciando na direção desejada a postura governamental e o conteúdo dos projetos que o governo submete à apreciação dos parlamentares. Nestes casos, não seriam necessários o emendamento e a proposição de leis no âmbito do parlamento, tendo em vista que as demandas parlamentares podem ter sido antecipadas pelo Poder Executivo e contempladas nos projetos que este submete à Casa. Isso ainda não foi devidamente estudado.

Por fim, cabe observar que, para entender a efetiva influência do legislativo nas decisões do sistema político estadual, seria necessário considerar as indicações. Segundo o art. 174 do Regimento Interno da ALES, “*indicação é a proposição [do Poder Legislativo] em que se sugere aos Poderes do Estado medidas de interesse público cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa não seja de competência do Poder Legislativo*”. Por meio das indicações, os legisladores podem sinalizar aos Poderes, particularmente ao Executivo, interesse em obras ou providências político-administrativas atinentes aos interesses de suas bases eleitorais. Na ALES, desde a 15ª Legislatura, as indicações têm sido um instrumento privilegiado na interação do Legislativo com o Executivo (SIMÕES, 2018). O poder de barganha dos deputados define o quanto as indicações serão ou não seguidas pelo governo, e o nível de experiência política da elite parlamentar certamente afeta tal poder. O quanto as indicações efetivamente impactam o comportamento do Executivo e demonstram a força dos legisladores para influenciar o governo ainda é uma questão em aberto.

6 Considerações finais

O trabalho apresentou, inicialmente, um panorama dos estudos sobre a Câmara dos Deputados, de modo a mostrar as diferentes leituras sobre o perfil das elites parlamentares e suas possíveis conexões com a profissionalização política e a institucionalização legislativa no Brasil.

Em relação aos dados sociais, não há dúvidas de que as elites nacionais são recrutadas entre segmentos seletos da sociedade, diferenciados em termos dos níveis de educação formal, idade, sexo e experiência profissional. Apesar da exclusão por gênero e classe, o padrão indica que as elites reúnem traços sociais em tese adequados para o desempenho da função parlamentar.

Quanto à dimensão política da formação das elites, há discrepâncias nas leituras. De um lado, há estudos que concluem que o sistema oferece baixos incentivos para a carreira legislativa federal, devido à debilidade política do Legislativo frente ao Executivo, à facilidade da entrada de *outsiders* no campo parlamentar, bem como ao leque de cargos disponíveis (para além do parlamento) aos interessados em atuar na política. De outro lado, há pesquisas que apontam, como indicador de institucionalização do campo parlamentar, o esforço crescente e cada vez mais bem-sucedido dos deputados federais para se firmarem na Casa. Ademais, a variedade de experiências obtidas em suas trajetórias, em vez de ser vista como falta de profissionalismo legislativo, é tida como meio pelo qual se acumula capital político para reduzir as incertezas inerentes à sobrevivência eleitoral em um sistema complexo como o brasileiro.

O tópico das considerações sobre as elites parlamentares no nível estadual revelou similaridades com o nível federal em termos da origem social dos parlamentares. Deputados estaduais são também indivíduos distanciados do padrão da população em termos educacionais, profissionais, de classe e gênero. Embora os percentuais possam variar entre os níveis de governo – deputados federais são mais escolarizados, por exemplo –, fica claro que os filtros que operam na trajetória de um cidadão comum até sua chegada ao Legislativo Estadual produzem um corte social que justifica a atribuição do termo elite para o conjunto dos parlamentares.

Em relação aos traços políticos, os dados mostram que os parlamentares estaduais acumulam experiências de poder ao longo da vida, passando por cargos diversos, eletivos e não eletivos, antes e ao longo de suas atuações nas assembleias. Assim como no caso federal, são comuns nos currículos das elites regionais as experiências nas câmaras municipais e na Câmara dos Deputados, nos executivos estaduais e municipais, além de incursões pela Administração nos diversos níveis da Federação. De certa perspectiva, é possível alegar que essa trajetória indica um processo errático e pouco favorável à profissionalização legislativa no âmbito dos estados; mas, pode-se, em contrapartida, invocar o argumento de que a variedade de experiências reflete a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro e visa precisamente ao acúmulo de recursos para a sobrevivência política e o retorno recorrente ao Legislativo. A questão pendente é a de explicar a persistência de um percentual expressivo de deputados (as) para manterem ou resgatarem suas cadeiras, tendo em vista o quadro geral de supremacia do Executivo e debilidade organizacional e institucional das assembleias.

No caso do Espírito Santo, esse aparente paradoxo ficou evidente no estudo do período 1987-2014, que abrange as legislaturas 11^a a 17^a. No tocante ao perfil social, como se esperava, a ALES foi tipicamente composta pelos segmentos mais favorecidos da sociedade, confirmando a clivagem de elite que se vê nos parlamentos. No entanto, a análise das trajetórias políticas apresentou, em alguns aspectos, resultados contraintuitivos.

A fragmentação partidária alta e crescente nas legislaturas estaduais sugere um baixo nível de institucionalização dos partidos no plano parlamentar – com apenas 30 membros, a Casa alcançou um NEP superior ao da Câmara dos Deputados, que tem 513. O reduzido tamanho médio das bancadas torna virtualmente inútil a coordenação dos líderes, deixando cada um à mercê de suas próprias orientações nos acordos entre os pares e com o Poder Executivo. Sugere-se, portanto, um alto grau de individualismo, que inviabiliza a complexidade organizacional interna própria de corpos institucionalizados. Essa fragmentação, no entanto, não compromete a coerência ideológica das trajetórias estudadas: há uma tendência, conforme prevê a literatura, de que os blocos de esquerda, centro e direita agreguem os parlamentares de acordo com suas origens ocupacionais; além disso, notou-se que as conexões com organizações associativas foram bem mais comuns na esquerda do que nos demais blocos.

Os níveis de experiência prévia nos cargos políticos eletivos e não eletivos foram expressivos. Mais de 40% dos deputados passou pela Administração municipal ou estadual, mostrando que a estrutura administrativa nesses dois níveis são campos estratégicos para a aprendizagem política e, possivelmente, para o estreitamento das relações com as bases eleitorais. Uma média de 26% dos representantes obteve acesso aos cargos de prefeito, governador e (ou) respectivos vices. Apesar das variações, revelou-se uma tendência ao aumento (23% a 30%) de representantes com esse dado no currículo.

Foi o campo parlamentar, no entanto, o maior responsável pela socialização política dos legisladores e legisladoras estaduais capixabas. Em média, 45% passaram pelas câmaras municipais ou pelo Congresso Nacional antes de seus mandatos na ALES, sendo que tais casos evoluíram regularmente (de 30% a 60%) ao longo das legislaturas estudadas. O acúmulo de passagens pela própria Casa e a reeleição para mandatos sucessivos são indicadores ainda mais consistentes de interesse pela carreira parlamentar e de dedicação ao campo legislativo: o percentual dos que tinham pelo menos uma passagem anterior pela Casa (ainda que intercalada com outros cargos) cresceu de 22% para 57% entre 1987 e 2014; de maneira complementar o percentual de reeleições, isto é, sucesso na tentativa de ocupar mandatos subsequentes, aumentou 33 pontos percentuais entre as legislaturas 12 e 17, indicando, também, investimento bem-sucedido na profissão parlamentar.

Como interpretar os dados? Em princípio, eles mostram um processo de institucionalização da carreira legislativa no Estado, cada vez mais pautada por políticos *seniors* – experientes em todo tipo de cargos políticos, sobretudo legislativos – e cada vez menos por

novatos. No entanto, essa leitura em princípio parece não encontrar base na tese de que a atratividade da carreira legislativa está conectada à institucionalização do parlamento e sua capacidade de influenciar o governo. A restrita literatura produzida sobre a Casa mostra que a ALES não atende a esses quesitos, e não apresentou avanço institucional ou político que possa ser associado aos crescentes investimentos por uma vaga na Casa.

A indagação que resta sugere um paradoxo. Por que, afinal, há crescimento do investimento profissional para uma assembleia estagnada como organização e pouco expressiva como arena de representação? Há algumas respostas possíveis, embora nenhuma possa ser sustentada aqui, dada a limitação do escopo deste artigo.

É possível que o “fechamento” crescente da Assembleia aos *outsiders* signifique a cristalização de oligarquias locais, interessadas apenas em assegurar, por quaisquer meios, os privilégios que alcançaram ao integrar a elite política do ES. De fato, o Estado é conhecido pela hegemonia das tradicionais oligarquias sobre os espaços de poder.

Mas há muito ainda por ser estudado. A literatura sobre o Estado tem apontado a debilidade institucional da Assembleia colocando foco na sua baixa capacidade de produzir legislação e de emendar projetos de lei ordinária e complementar oriundos do Poder Executivo. Outras funções da ALES – como o controle e a fiscalização, a participação na aprovação do orçamento anual e o acompanhamento das indicações legislativas apresentadas aos demais Poderes – têm ficado de fora dos estudos. Talvez uma análise do uso dessas atribuições possa revelar uma Assembleia mais ativa. Ademais, é possível que a profissionalização dos membros da ALES, ainda incipiente, tenha efeitos notáveis apenas no futuro, com a maior racionalização da organização interna e a presença mais proativa das legislaturas frente à atuação do Executivo e mesmo do Judiciário. Essas questões ainda devem ser investigadas em agendas futuras de pesquisas.

Referências

- ALCÁNTARA, Manoel. **A profissionalização da Política**. Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR, 2016.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ANDRADE, Regis de Castro. **Processo de governo no município e no estado: uma análise a partir de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- ANASTASIA, Fátima. Transformando o Legislativo: a experiência da ALMG, In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 23-84
- ARAÚJO, Paulo Magalhães. Os parlamentares no Congresso Nacional: uma abordagem longitudinal e comparada do perfil de deputados e senadores brasileiros. IN: 37º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2013, Águas de Lindóia. São Paulo: Anpocs, 23 a 27 de setembro de 2013. v. 37. Gt.03 p. 1-30.
- BEST, H. & COTTA, M. eds. **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000**.

Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries. New York: Oxford University Press, 2000.

BOLOGNESI, Bruno. Determinantes da seleção de candidatos. In: CODATO, Adriano; COSTA, Luis Domingos; MASSIMO, Lucas (Orgs.). **Retratos da classe política no Brasil: estudos de ciência política.** Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. p. 239-287.

BORCHERT, Jens. Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-level Systems. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p.117 – 140, 2011.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e Partidos Políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Revista Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p.136-163, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERVI, Emerson U.; COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato. Dinheiro, profissão e partido nas eleições legislativas. In: CODATO, Adriano; COSTA, Luis Domingos; MASSIMO, Lucas (Orgs.). **Retratos da classe política no Brasil: estudos de ciência política.** Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. p. 144-169.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: Uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 89-105, jun. 2008.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas (orgs.). **Retratos da classe política no Brasil: estudos de ciência política.** Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. Marxismo e elitismo: dois modelos antagonísticos de análise social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 71 outubro, p. 143-153, 2009.

COSTA, Valeriano Mendes F.; OLIVEIRA, Carlos Thadeu C. de. A fraqueza da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. In: ANDRADE, Regis de Castro (Org.). **Processo de governo no município e no estado.** São Paulo, Edusp, 1998. p. 117- 148

COX, Gary & MCCUBBINS, Matheu D. Legislative Leviathan: party govern in the House. Berkeley: University of California Press, 1993.

DI MARTINO, Mayla. A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro. Tuiuti: Ciência e Cultura, Curitiba, n. 44, p. 11-30, 2010.

DOMINGUES, Mauro P. Espírito Santo: Produção Legal e Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 85-112.

ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Regimento Interno – Resolução 2700, 15 de julho de 2009. Vitória, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.** Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

GROHMANN, L. G. M. O processo legislativo no Rio Grande do Sul: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 113-162.

JOHNSON III, Ollie A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38: 7-29, 2000.

MARENCO, A. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n. 33: 87-101, 1997.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de**

Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.

MARENCO, André. **Os Eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2013.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro. Zahar, 3 ed. 1975.

MORAES FILHO, José Filomeno de. A Dinâmica Legislativa na Assembléia do Estado do Ceará: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (org.). **O Poder Legislativo nos Estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 189-218.

PERISSIOTO, Renato. **Elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba, Ibipex, 2009.

PERISSIOTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, nº 22, p. 280-313, 2009.

PESSINE, Karina Melo. **Comissões na Assembleia Legislativa do Espírito Santo**: uma Análise da 16ª Legislatura. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

PESSINE, Karina M.; PRATTI, Luana P. Padrão da organização parlamentar e produção legislativa na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. **Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n. 1 p. 9-30, 2015.

POLSBY, Nelson W. The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. **American Political Science Review**, n. 62, pp. 144–168, 1968.

RAINHA, Jamila. A dinâmica entre os poderes Executivo e Legislativo no Estado do Espírito Santo (2003- 2010). In: 36º **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2012, Águas De Lindóia. São Paulo: Anpocs, 21 a 25 de outubro de 2012. v. 36. Gt. 10 p.1-29.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo, Edusp, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SAMPAIO, Pedro; PEREIRA, Carlos; BERTHOLINI, Frederico; FAJARDO, Bernardo. Quem tem medo de políticos profissionais? A Profissionalização do Legislativo em Minas Gerais e Rio de Janeiro. In: XXXVI Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração, 2012, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EnAPG, 22 a 26 de setembro de 2012. Anais do EnANPAD, p. 1-16.

SAMUELS, David. **Ambition, federalism e legislative politics in Brasil**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, Fabiano M. **O poder Legislativo nos estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

SANTOS, Fabiano M. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. In: LOEWENBERG, G.; SQUIRE, P.; KIEWIET, D. R. (Orgs.). **Legislatures - Comparative Perspectives on Representative Assemblies**. Ann Arbor - Michigan: The University of Michigan Press, 2002. p. 119-145.

SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, nº 40: 109-126, 2010.

SIMÕES, Jéssica Kamille Cruz. **Conexão eleitoral e comportamento parlamentar: um estudo a partir da Assembleia Legislativa do Espírito Santo entre 1999 e 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; RICCI, Paolo. O governo estadual na experiência política

brasileira: os desempenhos legislativos das Assembleias estaduais. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 41: 193-217, 2012.

WEBER, Max. A política como vocação. In: M. Weber. **O político e o cientista**. São Paulo, Martin Claret, 2006.

SILVA, Fábio Lacerda M. Seriam as Assembleias Legislativas Irrelevantes? Presidencialismo Estadual e Participação Legislativa em São Paulo (2003-2006). **II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política**, Brasil, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.conferencias.fflch.usp.br/sdpscp/IIsem/paper/view/53>>

ZIEGMANN, André. **Perfil Sociopolítico e Decisões Legislativas nas Assembleias de Minas Gerais, São Paulo e Paraná (2003-2007)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Estadual de Campinas, 2011.

Artigo recebido em: 05/07/2018

Aceito em: 29/10/2018